

ATA NÚMERO 295/XII/3.^a SL

Aos 9 dias do mês de julho de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.º 292, 293 e 294, referentes às reuniões de 2, 3 e 4 de julho, respetivamente.
2. Ratificação da votação indiciária, na especialidade, dos Projetos de Lei n.os 498/XII/3.^a (BE) – Reforça a proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil (1.^a alteração à Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro), 500/XII/3.^a (PCP) – Procede à primeira alteração à Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro, que cria um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil, 502/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) – Primeira alteração ao regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica difícil, aprovado pela Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro e 505/XII/3.^a (PS) – Primeira alteração à Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro, que cria um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil.
3. Ratificação da votação indiciária, na especialidade, dos Projetos de Lei n.os 490/XII/3.^a (BE) – Amplia as condições de acesso ao regime de crédito a deficientes; 594/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) – Adaptação do Acordo Coletivo de Trabalho Vertical setor bancário ao regime de crédito bonificado para a aquisição, construção e/ou realização de obras de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação de habitação própria e permanente por parte de pessoas com deficiência e procede à 8.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro; 595/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) - Regula a concessão de crédito à habitação da pessoa com deficiência; e 605/XII/3.^a (BE) – Retira a obrigatoriedade de celebração de contratos de seguros para acesso a crédito bonificado à habitação por parte de pessoas portadoras de deficiência.
4. Discussão e votação indiciária, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 232/XII/3.^a (GOV) - Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal.
5. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 235/XII/3.^a (GOV) - Aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

6. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 239/XII/3.^a (GOV) - Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão no prazo máximo de quatro anos.
7. Conclusão da definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 236/XII/3.^a (GOV) - Cria a contribuição de sustentabilidade e ajusta a taxa contributiva dos trabalhadores do sistema previdencial de segurança social e do regime de proteção social convergente, prevista, respetivamente, no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, e no Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, e altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, e o Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto.
8. Votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição do Governador do Banco de Portugal sobre a situação no BES.
9. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, solicitando a audição do Presidente da CMVM sobre a situação no GES.
10. Apreciação e votação do relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Semestre Europeu de 2014: Recomendações específicas por país Gerar Crescimento [COM(2013)400].
Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).
11. Apreciação e votação do relatório sobre a Recomendação do Conselho sobre a aplicação das orientações gerais de política económica para os Estados-Membros cuja moeda é o euro [COM(2014)401].
Relator: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).
12. Apreciação e votação do relatório sobre a Recomendação do Conselho relativa ao Programa Nacional de Reformas para 2014 de Portugal e que formula um parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade para 2014 de Portugal [COM(2014)423].
Relatora: Senhora Deputada Lídia Bulcão (PSD).
13. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas à AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado, à FENPROF – Federação Nacional de Professores e à ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

14. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, solicitando a audição da Ministra de Estado e das Finanças sobre as nomeações para o BES.
15. Outros assuntos.

- 1. Apreciação e votação das atas n.º 292, 293 e 294, referentes às reuniões de 2, 3 e 4 de julho, respetivamente.**

As [atas n.º 292, 293 e 294](#), referentes às reuniões de 2, 3 e 4 de julho, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade.

- 2. Ratificação da votação indiciária, na especialidade, dos Projetos de Lei n.os 498/XII/3.^a (BE) – Reforça a proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil (1.^a alteração à Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro), 500/XII/3.^a (PCP) – Procede à primeira alteração à Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro, que cria um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil, 502/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) – Primeira alteração ao regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica difícil, aprovado pela Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro e 505/XII/3.^a (PS) – Primeira alteração à Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro, que cria um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil.**

Os Senhores Deputados Pedro Filipe Soares (BE), Paulo Sá (PCP) e João Paulo Correia (PS), proponentes dos Projetos de Lei n.ºs [498/XII/3.^a \(BE\)](#), [500/XII/3.^a \(PCP\)](#) e [505/XII/3.^a \(PS\)](#), respetivamente, deram nota de que apesar das melhorias conseguidas, não retirariam as respetivas iniciativas, tendo o Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD) informado que os proponentes do Projeto de Lei n.º [502/XII/3.^a \(PSD/CDS-PP\)](#) solicitariam a substituição do texto originário do respetivo Projeto de Lei nos termos regimentais previstos (atento o facto de a iniciativa ainda não ter sido votada na generalidade), onde introduziriam as alterações decorrentes das votações indiciárias ocorridas em Grupo de Trabalho, acolhendo as propostas constantes de outros Projetos de Lei que haviam sido aprovadas e as propostas consensualizadas no [Grupo de Trabalho – Contratos de Crédito à Habitação – Alteração da Legislação](#).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Usou ainda da palavra o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) para sublinhar que algumas propostas do PS também haviam sido acolhidas, mas prejudicadas em termos de votações.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (PSD/CDS-PP), por seu turno, sublinhou o esforço de consenso registado em sede do Grupo de Trabalho, bem como o carácter inovador da existência de uma Comissão de Acompanhamento da implementação da legislação, cujas sugestões viriam a ser acolhidas e vertidas em sede da presente alteração ao diploma, cujo âmbito é alargado, dentro do seu carácter excecional e transitório.

Usou também da palavra o Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD), que subscreveu a intervenção anterior, sublinhando ainda o acolhimento, pela maioria, de diversas propostas da oposição, alargando o âmbito do regime extraordinário.

Não se registando intervenções adicionais, a Comissão ratificou, por unanimidade, as votações ocorridas no Grupo de Trabalho.

- 3. Ratificação da votação indiciária, na especialidade, dos Projetos de Lei n.ºs 490/XII/3.^a (BE) – Amplia as condições de acesso ao regime de crédito a deficientes; 594/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) – Adaptação do Acordo Coletivo de Trabalho Vertical setor bancário ao regime de crédito bonificado para a aquisição, construção e/ou realização de obras de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação de habitação própria e permanente por parte de pessoas com deficiência e procede à 8.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro; 595/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) - Regula a concessão de crédito à habitação da pessoa com deficiência; e 605/XII/3.^a (BE) – Retira a obrigatoriedade de celebração de contratos de seguros para acesso a crédito bonificado à habitação por parte de pessoas portadoras de deficiência.**

O Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD), Coordenador do [Grupo de Trabalho – Crédito à Habitação de pessoas com deficiência](#), deu nota dos trabalhos, em curso, de elaboração de um texto de substituição das iniciativas legislativas em apreciação, com vista à sua análise e remessa para o plenário da Comissão a tempo de proceder à votação final global a 25 de julho.

Neste ponto, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) sublinhou a necessidade de também ser concluída a apreciação dos Projetos de Lei pendentes em sede do [Grupo de Trabalho – Comissões Bancárias](#), tendo o Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD), coordenador do Grupo de Trabalho, dado nota das diligências em curso, conforme acordado na reunião do GT.

4. Discussão e votação indiciária, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 232/XII/3.^a (GOV) - Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal.

Apreciadas as propostas de alteração apresentadas por PSD/CDS-PP e BE à [Proposta de Lei n.º 232/XII/3.^a \(GOV\)](#), a Comissão procedeu à discussão e votação da iniciativa, indiciariamente, na especialidade, na qual intervieram os Senhores Deputados Paula Santos (PCP), Helena Pinto (BE), João Paulo Correia (PS), Duarte Pacheco (PSD), Jorge Paulo Oliveira (PSD) e Artur Rego (CDS-PP).

O registo e quadro comparativo das propostas de alteração, do Relatório de Votações e do Texto Final pode ser consultado na [página internet](#) da Comissão.

5. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 235/XII/3.^a (GOV) - Aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos.

Apreciadas as propostas de alteração apresentadas por PSD/CDS-PP e PS à [Proposta de Lei n.º 235/XII/3.^a \(GOV\)](#), a Comissão procedeu à discussão e votação da iniciativa na especialidade, na qual intervieram os Senhores Deputados Pedro Jesus Marques (PS), Paulo Sá (PCP), Pedro Filipe Soares (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Carlos Santos Silva (PSD).

O registo e quadro comparativo das propostas de alteração, do Relatório de Votações e do Texto Final pode ser consultado na [página internet](#) da Comissão.

6. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 239/XII/3.^a (GOV) - Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão no prazo máximo de quatro anos.

O Senhor Presidente recordou as audições habitualmente realizadas na COFAP nestas matérias, às três frentes sindicais da Administração Pública (Frente Comum, FESAP/SINTAP e STE) e ao Governo, tendo-se registado o consenso para as realizar na semana seguinte. O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) propôs, adicionalmente, a audição da Federação dos Sindicatos da Metalúrgica, Metalomecânica e Minas de Portugal (FEQUIMETAL), da Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações (FECTRANS) e do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo CGD (STEC), nomeadamente atento o facto de as reduções se aplicarem também ao Setor Empresarial do Estado, cujos trabalhadores não estão

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

representados nas três estruturas supracitadas. o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) subscreveu a intervenção anterior propondo, adicionalmente, a audição da Associação Precários Inflexíveis, tendo ainda solicitado a diligência junto do Governo no sentido de serem remetidos os trabalhos preparatórios e demais elementos úteis referentes à Proposta de Lei n.º 239/XII/3.^a (GOV). O Senhor Presidente recordou que a iniciativa se encontra em discussão pública, período no qual a Comissão concede as audiências que lhe são solicitadas nos termos da lei. Interveio, ainda, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), discordando das restantes propostas de audições para além das já acordadas. A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) concordou com a metodologia de trabalho apresentada.

Nestes termos, foi acordada a fixação da data limite de 24 de julho, pelas 21h00, para a apresentação de propostas de alteração à Proposta de Lei, com vista à sua discussão e votação, na especialidade, em reunião da Comissão de 25 de julho, pelas 09h30.

- 7. Conclusão da definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 236/XII/3.^a (GOV) - Cria a contribuição de sustentabilidade e ajusta a taxa contributiva dos trabalhadores do sistema previdencial de segurança social e do regime de proteção social convergente, prevista, respetivamente, no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, e no Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, e altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, e o Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto.**

O Senhor Presidente recordou as audições já realizadas, tendo sido acordado por todos os Grupos Parlamentares concretizar a audição em falta, do Governo, na semana seguinte.

Nestes termos, foi acordada a fixação da data limite de 21 de julho, pelas 18h00, para a apresentação de propostas de alteração à Proposta de Lei, com vista à sua subsequente discussão e votação, na especialidade.

- 8. Votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição do Governador do Banco de Portugal sobre a situação no BES.**
- 9. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, solicitando a audição do Presidente da CMVM sobre a situação no GES.**

14. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, solicitando a audição da Ministra de Estado e das Finanças sobre as nomeações para o BES.

Os pontos 8, 9 e 14 da Ordem do Dia foram apreciados conjuntamente.

Começou por usar da palavra o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), que sublinhou a necessidade de prudência na análise da situação em apreço, suscitam algumas dúvidas sobre o conjunto de informações que poderão ser recolhidas nas audições propostas, mas dando nota da não oposição do PSD a que as mesmas se realizem.

De seguida, interveio o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), que subscreveu a intervenção anterior, recordou as especificidades dos requerimentos em apreciação.

O Senhor Deputado Pedro Jesus Marques (PS), deu nota da pertinência das audições, sublinhando as competências da COFAP em matéria de acompanhamento e fiscalização do setor financeiro.

Por fim, usou da palavra a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), que sublinhou as preocupações manifestadas com o setor financeiro e as competências de fiscalização da Assembleia da República nesta matéria, dando a anuência às audições requeridas.

Nestes termos, verificado o consenso geral e atenta a situação de excecionalidade para efeitos de agendamento das audições a breve prazo, o Senhor Presidente deu nota que procuraria marcar as mesmas num prazo de dias.

10. Apreciação e votação do relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Semestre Europeu de 2014: Recomendações específicas por país Gerar Crescimento [COM(2013)400].

Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado, por solicitação do relator.

11. Apreciação e votação do relatório sobre a Recomendação do Conselho sobre a aplicação das orientações gerais de política económica para os Estados-Membros cuja moeda é o euro [COM(2014)401].

Relator: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) apresentou o relatório sobre a [Recomendação do Conselho](#), dando nota das principais disposições da iniciativa e da recomendação dela constante. Com a saudação dos Grupos Parlamentares e do Senhor Presidente, o relatório foi votado e aprovado com os votos favoráveis de PSD, PS e CDS-PP e contra de PCP e BE.

Em sede de apreciação do escrutínio das iniciativas europeias, os Senhores Deputados efetuaram um debate sobre o modo de acompanhar os assuntos europeus – e as iniciativas dele decorrentes – tendo em consideração as disposições dos Tratados (em matéria de escrutínio do cumprimento do princípio da subsidiariedade) e a oportunidade política de escrutínio, bem como o modo de este ser levado a cabo. Neste contexto, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) recordou a obrigatoriedade de escrutínio das iniciativas legislativas, considerando desnecessário o acompanhamento das restantes. Por seu turno, o Senhor Deputado Pedro Jesus Marques (PS) defendeu um maior rigor na seleção das iniciativas a escrutinar. A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), por seu turno, defendeu uma escolha seletiva das iniciativas a acompanhar, mas que tal metodologia de escrutínio deveria merecer uma reflexão da Assembleia da República como um todo, dado tratar-se de uma matéria que abrange todas as Comissões e o Plenário. O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) subscreveu as reflexões anteriormente aduzidas, sublinhando, porém, que outras Comissões produzem um número superior de relatórios nesta matéria.

O Senhor Presidente agradeceu e subscreveu os contributos apresentados pelos Senhores Deputados, recordando que a Comissão já adotara um critério de seleção das iniciativas a selecionar, com base na (i) obrigatoriedade de pronúncia quanto ao cumprimento do princípio de subsidiariedade e na (ii) oportunidade política da iniciativa, não deixando de acompanhar as reservas manifestadas pelos Senhores Deputados quanto à eficácia do escrutínio pela AR. Nestes termos, foi consensualizado suscitar estas questões junto da Comissão de Assuntos Europeus e da Conferência de Presidentes de Comissões Parlamentares.

Usou ainda da palavra o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), que subscreveu a intervenção do Senhor Presidente, dando ainda nota, quanto à qualidade da pronúncia da COFAP, que diversos relatórios desta Comissão já receberam resposta da Comissão Europeia quanto às questões nele suscitadas, demonstrando o reconhecimento da UE pelo trabalho desenvolvido pelo parlamento português.

12. Apreciação e votação do relatório sobre a Recomendação do Conselho relativa ao Programa Nacional de Reformas para 2014 de Portugal e que formula um parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade para 2014 de Portugal [COM(2014)423].

Relatora: Senhora Deputada Lídia Bulcão (PSD).

A Senhora Deputada Lídia Bulcão (PSD) apresentou o relatório sobre a [Recomendação do Conselho](#), dando nota das principais disposições da iniciativa e da recomendação dela constante. O relatório foi votado e aprovado com os votos favoráveis de PSD, PS e CDS-PP e contra de PCP e BE.

13. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas à AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado, à FENPROF – Federação Nacional de Professores e à ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado.

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado.

15. Outros assuntos.

Não foram suscitados outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 18:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de julho de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Barbosa
Fernando Virgílio Macedo
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Nuno Reis
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Conceição Bessa Ruão
Lídia Bulcão
Nuno Serra
Pedro Pimpão
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos